



ESTADO DO MARANHÃO  
Prefeitura Municipal de Imperatriz  
Comissão Permanente de Licitação

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02.04.00.0135/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025 – CPL**

**OBJETO:** Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em comunicação visual, com a finalidade de atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA.

**Recorrente:** CASA DA IMPRESSÃO LTDA

**Recorridas:** SLP MÚLTIPLOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

**Assunto:** Decisão sobre Recurso Administrativo

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **CASA DA IMPRESSÃO LTDA (CANPRINT)**, com fundamento no art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, contra a decisão que declarou habilitada a empresa **SLP MÚLTIPLOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA** no certame em epígrafe.

A Recorrente alega, em síntese, dois pontos principais:

1. **Vício na Regularidade Fiscal Municipal:** Questiona a validade da Certidão de Regularidade Fiscal Municipal apresentada pela Recorrida, a qual possui validade de apenas 30 (trinta) dias, o que seria indício de pendências fiscais, ao passo que as certidões plenas costumam ter validade de 90 dias.
2. **Necessidade de Comprovação de Exequibilidade dos Preços:** Sustenta que a Recorrida apresentou preços no limiar de 50% do valor orçado e que a Administração deveria exigir comprovação de custos, sob pena de ferir o princípio da isonomia.

Em sede de contrarrazões, a empresa **SLP MÚLTIPLOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA** defendeu a regularidade de sua habilitação, argumentando que a certidão apresentada (Positiva com Efeitos de Negativa) possui amparo legal no art. 206 do CTN e validade plena.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Imperatriz**  
**Comissão Permanente de Licitação**

Quanto à exequibilidade, alegou que sua proposta respeita o limite objetivo estabelecido no Edital (desconto de 50%), não havendo presunção de inexecuibilidade.

Diante das alegações relativas à regularidade fiscal municipal, esta Comissão tomou ciência de fatos novos encaminhados pela Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária, por meio da Circular Interna nº 003/2025 – CPL, e Ofício nº 1545/2025 – SEFAZGO.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE**

A análise do mérito recursal pauta-se nos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e autotutela administrativa.

### **1. Do Vício na Regularidade Fiscal Municipal**

A Recorrente apontou estranheza no prazo de validade da certidão apresentada pela Recorrida. O Edital, em seu item 14.2.6 e no Termo de Referência, exige prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa.

Em atenção às diligências realizadas e documentação superveniente, constatou-se através do **Ofício nº 1545/2025 – SEFAZGO/GAB** e da **Circular Interna 003/2025 – CPL**, que as Certidões Positivas com Efeitos de Negativa, nº 0001111, nº 0001277, e nº 0001745 apresentadas pela Recorrida, foram **emitidas erroneamente**.

A Secretaria de Fazenda informou expressamente que, no exercício da autotutela administrativa (Súmula 473 do STF), **anulou as referidas certidões**, uma vez que constam débitos que impediriam sua emissão. O Ofício determina que tais certidões "não devem ser consideradas para quaisquer fins, inclusive para compor processos licitatórios".

Portanto, ainda que a Recorrida argumente em contrarrazões sobre a validade teórica de certidões positivas com efeito de negativa, no caso concreto, o documento apresentado é nulo e ineficaz. Consequentemente, a empresa SLP descumpriu a exigência de regularidade fiscal prevista no item 14.2.6 do Edital, impondo-se sua inabilitação.

### **2. Da Necessidade de Comprovação de Exequibilidade dos Preços**

Quanto ao pedido de análise de exequibilidade, a Recorrente alega que os preços da Recorrida estão no "limiar exato" de 50% e pede diligência baseada em princípios gerais.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Imperatriz**  
**Comissão Permanente de Licitação**

Contudo, o Edital nº 025/2025 estabelece critérios objetivos para a presunção de inexecuibilidade. O preâmbulo do Edital define o "**Indício de Inexequibilidade**" como "Propostas com valores **inferiores a 50%** (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração".

Ademais, o item 10.10 do Edital reforça que "No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores **inferiores** ao percentual indicado no preâmbulo deste Edital".

A Administração deve ater-se aos critérios objetivos definidos no instrumento convocatório. Se a proposta da Recorrida não rompeu o piso de 50% estabelecido objetivamente no Edital, não há presunção automática de inexecuibilidade que obrigue a realização de diligência para decomposição de custos neste momento. Negar provimento a este ponto é medida que se impõe para respeitar a vinculação ao instrumento convocatório.

### **3. Da Conduta da Licitante e Instauração de Processo Administrativo**

A gravidade dos fatos trazidos pela Secretaria de Fazenda exige atuação enérgica desta Administração. A emissão "errônea" da certidão decorreu de fato onde a empresa, ciente de suas obrigações tributárias, utilizou-se de documento que não refletia a realidade de sua situação fiscal (existência de débitos não suspensos) para participar do certame.

O Edital, em seu item 17.1, tipifica como infração administrativa comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude, em especial "induzir deliberadamente a erro no julgamento" (17.1.6.2) e "apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame" (17.1.4). Além disso, o Termo de Referência exige declaração de veracidade das informações prestadas, sob as penas da lei.

A utilização de uma certidão que foi posteriormente anulada por conter informações inverídicas sobre a suspensão de débitos fere a boa-fé objetiva e prejudica a lisura da licitação.

### **4. Da Apuração Interna sobre a Emissão da Certidão**

O Ofício nº 1545/2025 da SEFAZGO reconhece expressamente que as certidões foram "erroneamente emitidas". Tal falha administrativa permitiu que uma empresa com débitos participasse de licitação pública munida de documento oficial viciado.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Imperatriz**  
**Comissão Permanente de Licitação**

Tal fato exige a abertura de procedimento administrativo próprio para apurar as circunstâncias, responsabilidades e eventuais falhas sistêmicas ou humanas que levaram à emissão indevida das referidas certidões, visando resguardar a integridade dos atos da Administração Municipal e evitar a repetição de tais ocorrências.

### **III – DECISÃO**

Diante do exposto, e considerando a anulação das certidões municipais pela autoridade fazendária competente, decido:

1. **CONHECER** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **CASA DA IMPRESSÃO LTDA (CANPRINT)**, por ser tempestivo;
2. No mérito, **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso, especificamente para acatar a impugnação quanto ao **Vício na Regularidade Fiscal Municipal**, reformando a decisão anterior para declarar a **INABILITAÇÃO** da empresa **SLP MÚLTIPLOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, por descumprimento do item 14.2.6 do Edital, visto que a certidão apresentada foi declarada nula pela SEFAZGO;
3. **NEGAR PROVIMENTO** quanto ao pedido de análise de exequibilidade de preços, mantendo-se o critério objetivo do Edital (propostas inferiores a 50%);
4. Determinar a **retomada da sessão pública** para que se proceda à análise da proposta e habilitação da licitante subsequente na ordem de classificação, nos termos do item 11.10 do Edital;
5. **DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO** específico para apurar a conduta da empresa **SLP MÚLTIPLOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, no que tange à utilização de certidão irregular em procedimento licitatório, havendo indícios de infração aos itens 17.1.5 (fraudar a licitação) e 17.1.6.2 (induzir deliberadamente a erro no julgamento) do Edital, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.
6. Determinar o encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária e à Controladoria Geral do Município, solicitando a **abertura de procedimento administrativo disciplinar ou sindicância** para apurar as circunstâncias



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Imperatriz**  
**Comissão Permanente de Licitação**

e responsabilidades acerca da emissão errônea das certidões nº 0001111, nº 0001277 e nº 0001745, conforme relatado no Ofício nº 1545/2025 – SEFAZGO/GAB.

Deixo de Submeter a presente decisão à autoridade competente para apreciação e ratificação, nos termos do art. 13, IV do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

Imperatriz/MA, 18 de dezembro de 2025.

**HAYENDA BRITO SOARES**  
Pregoeira  
Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA